O Descobrimento do Brasil (*)

Vladir Menezes

O continente europeu e o mar Mediterrâneo, com as terras contíguas da África e da Ásia, formavam na Idade Média, o mundo geográfico do homem ocidental. Da Ásia longínqua só esporadicamente vinham-lhe notícias e produtos exóticos trazidos pelos mercadores árabes; a África meridional representava aquelas terras lendárias e inacessíveis; a América, com suas culturas magnificentes – azteca, maia e inca –, conservava-se oculta pelas brumas do mar Tenebroso. Na Europa, o Império Central concentrava a vida política, social e econômica do continente; pelo Mediterrâneo navegavam os barcos das cidades italianas do litoral: Milão, Veneza, Gênova, Florença, moderadoras do comércio meridional com os árabes, enquanto a Hansa Teutônica, com seus grandes centros do comércio internacional de Lubeck, Hamburgo e Bremen (Alemanha), Brugge (Bélgica), Nowgorod (Rússia) e muitas outras mais, compunham a rede econômica do Báltico. Esse é o quadro europeu, por ocasião da queda de Constantinopla para os turcos otomanos (1453), quando se buscava encontrar uma nova rota, essencialmente marítima para contornar a África, na tentativa de encontrar no Oriente aqueles produtos imprescindíveis ao europeu. Emerge, assim, numa freqüência natural, as navegações oceânicas.

Inglaterra e França, que por suas posições geográficas e relativo poderio militar estariam predestinadas a explorar o novo mundo, encontravam-se esgotadas: a primeira em conseqüência da Guerra das Duas Rosas (1450-1485) e a segunda absorvida pelo fortalecimento do poder real e preocupada com as questões da Itália, viram-se ultrapassadas por Portugal e Espanha. Esta, responsável pelo maior de todos os descobrimentos marítimos; aquele que desde muito cedo vinha se aplicando ao comércio e à navegação, convertendo-se, no século XV,

(*) Trabalho apresentado ao Instituto do Ceará, em 20.4.1990, em comemoração ao 490º aniversário do Descobrimento do Brasil.

na maior potência comercial da Europa, tendo em sua capital Lisboa o ponto mais movimentado do continente.

Portugal, por estar privilegiadamente situado entre o Atlântico e o Mediterrâneo, no extremo ocidental da Europa e pela importância econômica do comércio das especiarias das Índias, assumiu posição de vanguarda. A afluência de riquezas que, sem tardança, seduziu a Europa, repercutiu nitidamente sobre as operações comerciais. Outros fatores de ordem social, representados pela ascensão da burguesia comercial e industrial; de ordem política, com o advento do absolutismo; de ordem intelectual, com o Renascimento; de ordem técnica, representada pela aplicação de inventos, como a bússola, o navio e a caravela, a arma de fogo detonada pela pólvora e a imprensa, de importância transcendental, concorreram igualmente para o início de um novo período histórico.

As repúblicas italianas no Mediterrâneo eram poderosas; sobrepujá-las seria tarefa ingente. Alcançar a Índia por via terrestre parecia tarefa impossível, pois os muçulmanos, religiosos fanáticos e intolerantes, eram obstáculos intransponíveis. Necessário, pois, buscar novos rumos para chegar a lendária Catai (China), a terra das preciosidades, limitada pelo mar oriental. E como só restava a rota das águas, procuraram, nas vias marítimas, os caminhos para dobrar o continente africano. Assim, no destino histórico dos mares, têm origem os valorosos empreendimentos que culminaram na descoberta do Novo Continente.

A iniciativa dos grandes descobrimentos de terras realizadas no século XV cabe, indiscutivelmente, ao Infante D. Henrique, nascido em 1394, duque de Viseu, senhor de Covilhan, filho de D. João, soberano de Portugal e de D. Philipa de Lencaster, irmã de Henrique IV, rei da Inglaterra. Não lhe sendo possível aspirar ao trono português, por ser o quinto filho do rei, buscou no estudo e em empreendimentos científicos, atrair para seu nome as atenções da História. Recolhendo-se na Vila de Sagres, província de Algarve, no sul de Portugal, costa atlântica do oeste, no Cabo de São Vicente, cingido por estudiosos e sábios portugueses e estrangeiros, aplicou-se às ciências matemáticas e astronômicas, logo fundando um Observatório astronômico e uma escola naval, a famosa Escola de Sagres, berço das grandes navegações e ponto de reunião da marinhagem portuguesa e estrangeira.

No empenho patriótico de procurar o caminho das Índias enceta o Infante D. Henrique, em 1412, a majestosa epopéia humana do descobrimento do mar Tenebroso e abertura de um novo caminho para as Índias, pelo ciclo africano. As ilhas Canárias, que os espanhóis haviam descoberto em 1402, foram exploradas pelos marinheiros do Infante

em 1415; em 1420 João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira navegando com intenção de dobrar o cabo Bojador, afastando-se da rota seguida, descobrem a ilha da Madeira; em 1434 Gil Eanes dobra o famoso cabo Bojador; Antão Gonçalves e Nuno Tristão avistam em 1441 o cabo Branco; Costa de Ouro e Senegal e, em 1446 a expedição de Cadamosto e Nola descobriu os arquipélagos dos Açores e Cabo Verde. O Infante obtém do Papa Martinho V uma bula concedendo a Portugal, por investidura, a posse de todas as terras descobertas e por descobrir, desde o cabo Bojador até as Índias Ocidentais.

Desde a tomada de Constantinopla (1453), fim da Idade Média, haviam os turcos fechado o fundo oriental da bacia do Mediterrâneo ao entreposto do comércio veneziano e genovês. Quando do falecimento do notável príncipe Infante D. Henrique, ocorrido a 13 de novembro de 1460, o rei D. Afonso V e seu filho, o futuro D. João II, se empenhavam nas descobertas marítimas e foram, até 1471, descobrindo as costas de Guiné e da Senagambia, as ilhas de Fernando Pó, Ano Bom, São Tomé, Príncipe e todas as terras africanas até os limites setentrionais do Congo, recebendo D. Afonso V, por esse motivo, o título de Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em África.

Em 1486 Bartolomeu Dias encontra no Cabo das Tormentas, que passou a se chamar Cabo da Boa Esperança, a tão almejada rota para o Oriente. Na cronologia dos anais marítimos, após o nome do grande Bartolomeu Dias, emerge o de Cristovão Colombo, nascido em Gênova, Itália, possivelmente em 1451, a maior figura da história da navegação. Seus estudos cosmográficos tinham-lhe demonstrado a esfericidade do planeta. Calculara que sendo a terra esférica, dever-se-ia, navegando para o ocidente, encontrar regiões desconhecidas. Considerado por muitos utopista, não esmoreceu. Depois de anos de insistência, preterido por Portugal, alcançou, na Espanha, a proteção da Rainha Isabel. A 3 de agosto de 1492 largou de Palos, com três caravelas – Santa Maria, Pinta e Nina –, levando, em tão ousado empreendimento, os irmãos Martim Afonso Pinzon e Vicente Yañes Pinzon. A 12 de outubro, em meio a viagem difícil e perigosa avistaram os navegantes uma ilha, nela desembarcando. Os naturais chamavam-na Guanahany; Colombo batizou-a com o nome de São Salvador. Estava descoberto o Novo Mundo, depois chamado de América.

A notícia deste portentoso descobrimento, levada à Europa pelo próprio Colombo em 1493, criou um grave conflito entre Portugal e Castela, causando profundo arrependimento a D. João II que, tardiamente, se arrependeu por não ter atendido a pretensão de Colombo e júbilo a Fernando e Isabel, reis de Espanha, que respondendo logo

ao Papa, então o árbitro dos reis cristãos, obteve de Alexandre VI (Bórgia), em 1493, uma bula, chamada Inter Coetera, outorgando-lhe o domínio de todas as terras descobertas e ainda por descobrir, situadas ao ocidente de uma linha imaginária que dividisse o mundo em duas partes iguais, a cem léguas das ilhas dos Açores e de Cabo Verde.

Esta bula, contrariando disposições de outras mais vantajosas para Portugal, não atendia aos reclamos do insatisfeito rei D. João II que pretextou não poder a Cúria Romana distribuir à Espanha aquelas terras, uma vez que as bulas pontificiais de Nicolau V e Calixto III, concederam aos príncipes da dinastia de Avís, pelos serviços prestados à civilização, todas as terras adquiridas e por adquirir desde o Cabo Bojador até a Índia. O Papa Alexandre VI, acolheu a reclamação do soberano português, mas não desejando igualmente indispor-se com o rei da Espanha, traçou sobre um mapa uma linha divisória passando a 100 léguas dos Açores e de Cabo Verde: as terras para leste pertenceriam a Portugal e as que ficavam situadas a oeste seriam de Espanha.

Não se resignando com essa partilha procurou D. João obter pelas armas o que não estava conseguindo por meios diplomáticos. Assim, mandou aprontar uma esquadra, cujo comando confiou ao famoso capitão Francisco de Almeida.

Carlos V, que se encontrava em luta com quase toda a Europa, objetivando tomar real sua aspiração de monarquia universal, percebeu não ser vantajoso para suas ambições uma possível inimizade com o soberano do reino limítrofe. Procurou, então, atrair D. João II para uma conciliação. Aquiescendo, D. João II mandou à Espanha Pero Dias e o cronista Ruy de Pina, os quais, com Garcia de Carbajal e Pedro de Ayala, embaixadores de Castela, negociaram a 7 de junho de 1494, na Vila de Tordesilhas, em Castela a Velha, o tratado que seria conhecido na história pelo nome de Tratado de Tordesilhas, pelo qual a linha divisória, traçada pelo papa, deveria passar a 360 léguas da ilha de Santo Antão, do arquipélago de Cabo Verde, ficando as terras situadas a oeste pertencentes a Espanha e as que se encontrassem a leste sob o domínio de Portugal.

À negociação desse tratado, verdadeira certidão de batismo de nossa pátria, confirmado pela Cúria Romana, assistiu D. Manuel, então duque de Beja e de Vizeu, mais tarde rei de Portugal e Duarte Pacheco Pereira, escritor, autor do célebre "Esmeraldo de Situ Orbis" (1498), fidalgo, hábil marítimo e cosmógrafo.

D. João II, o Príncipe Perfeito, um dos mais vigorosos reis que dirigiram os destinos da dinastia de Avís, falecendo em 25 de outubro de 1495, foi sucedido no trono português pelo seu sobrinho D. Manuel, o

Venturoso para seus conterrâneos, décimo quarto rei lusitano, em cujo reinado (1495 a 1521) se situa o apogeu da expansão marítima portuguesa. Valendo-se da armada preparada por D. João II para uma eventual guerra com a Espanha, ordenou a Vasco da Gama que fosse com ela dobrar o Cabo da Boa Esperança, descoberto por Bartolomeu Dias, e chegar às Índias.

O notável capitão português partiu do Tejo, Lisboa, a 8 de julho de 1497, com uma frota de 14 navios e 160 homens. Dobrou o Cabo da Boa Esperança a 22 de novembro, percorrendo a costa oriental da África e, em 20 de maio de 1498, os navios fundearam em Calecut, uma das grandes cidades comerciais da Índia, onde lançou as bases do poder de Portugal. O oceano não era mais mistério. Estava descoberto o caminho marítimo das Índias, sucesso que fascinou a Europa por resolver o grande problema da navegação mundial. Regressou vitorioso à Lisboa em 29 de agosto de 1498, com cerca de 67 homens – grande parte da tripulação não suportou os infortúnios da viagem – e as 13 naus restantes carregadas de especiariais e valores que compensaram a viagem. Realizava-se a magnificente idéia do Infante D. Henrique.

O século XV chegava ao fim revelando o grande continente americano e o caminho das Índias, pelos mares sul-africanos. O século XVI começaria com um acontecimento inesperado e ainda de maior importância.

Por causa do litígio provocado pelo ato heróico de Colombo e a conseqüente assinatura do Tratado de Tordesilhas (1496), tratou Portugal de guardar sob cuidadoso sigilo diplomático suas descobertas dentro dos limites do meridiano consagrado por convenção.

Na definição da área geográfica repartida entre Portugal e Espanha, emergiram obstáculos pelo fato de não estar caracterizada na bula de Alexandre VI se a unidade das 370 léguas marítimas, variável conforme os países, seria a portuguesa que correspondia a 6179,74 metros ou a espanhola, com 5606,57 metros. Luís XII de França, em tempo se revoltou contra essa partilha do mundo desconhecido, empreendido pelo papa, entre os dois reinos ibéricos. Francisco I, que se lhe sucedeu, foi mais além: protestou ironizando jamais ter tomado conhecimento da cláusula do testamento de Adão, dando a América aos reis de Portugal e Espanha.

Assim, durante o tempo em que se questionava o Tratado de Tordesilhas, D. Manuel decidiu mandar à nossa terra o fidalgo Pedro Álvares Cabral, Alcaide-Mór da Província da Beira e Senhor de Belmonte, no comando de uma esquadra de 13 navios de diferentes to-

nelagens, na maior parte naus, algumas caravelas e duas embarcações bastante municiadas e bem servidas de mantimentos.

Festivamente, em 9 de março de 1500, partiu a esquadra do Tejo. Na tripulação eminentes navegantes portugueses da época: Bartolomeu Dias, o descobridor do Cabo da Boa Esperança e seu irmão Diogo; Nicolau Coelho, como este, participante da expedição de Vasco da Gama; como sub-comandante, Sancho de Tovar; como piloto principal Pero Escobar; Simão de Miranda, Pedro de Ataíde, por alcunha "Inferno" (da nau São Pedro), Nuno Leitão da Cunha (da Anunciada), Vasco de Ataíde, Luiz Pires, Aires Gomes da Silva, Simão de Pina e Gaspar de Lemos; o astrônomo Duarte Pacheco Pereira, já referido anteriormente; o bacharel Mestre João Émmenelaus, alemão de nascimento, físico, médico e cirurgião de Sua Alteza, o primeiro a descobrir o Cruzeiro do Sul; o escrivão despachado para a feitoria de Calecut, Pero Vaz de Caminha; o feitor Aires Correia, nove padres seculares e oito frades franciscanos chefiados por Frei Henrique Soares, de Coimbra; o judeu Gaspar, intérprete; completavam, com marinheiros, práticos e afeitos à vida do mar, soldados, pilotos, intérpretes, carpinteiros, bombeiros, feitores, mercadores e degredados, a meritória expedição de 1.200 participantes, além de malabares, uma variedade de gado bovino produzido do cruzamento do zebu com a vaca, transportado da Índia por Vasco da Gama.

Vasco da Gama, herói do camino da Índia, não só teria recomendado Pedro Álvares Cabral ao rei para continuador dos descobrimentos, como lhe proporcionou importantes informações sobre conhecimentos náuticos desenvolvidos sobre a marinharia e práticas mouras. Percorrendo uma rota aproximadamente igual a de Vasco da Gama, os navios de Cabral dirigiram-se, depois de atingirem Cabo Verde, na direção do ocidente, para aí buscarem os ventos favoráveis à travessia do Atlântico Sul e à passagem do Cabo da Boa Esperança.

A 21 de abril plantas e algas marinhas no meio das águas evidenciam os primeiros sinais de terra. No dia seguinte, ao cair da tarde, emerge no horizonte os contornos de um monte, que por atenção à data de quarta-feira do oitavo da Páscoa, recebeu o nome de Monte Pascoal. À terra deu Cabral o nome de Vera Cruz.

Navegando para o norte, ordenou Cabral a seu piloto Afonso Lopes trafegar perto da costa, em uma das menores caravelas, para avisá-lo tão logo encontrasse porto adequado, o que aconteceu no dia imediato, 24, seguindo-se, na manhã de 25, a entrada da esquadra em um abrigo tão acolhedor que recebeu de Cabral o nome de Porto Seguro.

Afonso Lopes quando explorava este porto, recolheu, de uma almadia, dois jovens indígenas levando-os a Cabral que, mesmo não os entendendo nem sendo por eles compreendido, tratou-os com desvelo, presenteou-os e deixou-os na praia no dia seguinte, em companhia do degredado Afonso Ribeiro que deveria ficar na terra descoberta.

A 26 de abril, domingo de Páscoa, o capuchinho Frei Henrique celebrou a primeira missa num dos ilhéus da enseada. O estandarte real, que fôra presenteado a Cabral pelo próprio rei,esteve desfraldado no altar-mór durante a solenidade e Frei Henrique pregou um sermão abordando o notável descobrimento.

Os selvagens, nos galhos das árvores ou deitados na relva, assistiam curiosos e extasiados a cerimônia, de uma religião nova para eles, arremedando-os nas atitudes ou gestos que faziam no correr da celebração da missa.

Annibal Mascarenhas afirma que "A música sacra deliciou-os, a arenga do frade, porém, em uma linguagem que eles não podiam compreender, enfastiou-os, fazendo-os prorromper em furiosa algazarra que os europeus naturalmente tomaram por assuada" (História do Brasil, – ed. Livraria Quaresma Ed. Rio, 1927, p. 199). Certo é que essa inusitada manifestação do auditório caboclo não agradou à intempestiva exibição oratória do Frade.

A 1º de maio Cabral, em nome da Coroa portuguesa, tomou posse solene da nova terra. Para Portugal enviou o navio de Gaspar de Lemos com as notícias da descoberta e a célebre e famosa Carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento oficial sobre nossa pátria que além de seu grande valor histórico salienta-se no plano político: o de ser, no dizer de João Ribeiro, em ordem cronológica, o nosso primeiro pistolão. Efetivamente, em seguida a boa notícia do achamento da nova terra o escrivão adorna o acabamento da Carta com um pedido sagaz – o de que o rei, como graça especial, mandasse vir seu genro Jorge d'Osóiro, degredado na ilha de São Tomé, já por duas vezes perdoado por D. Manuel, em 16 e 17 de janeiro de 1496. Acredita-se que a Carta foi para a Torre do Tombo, em tempo de Damião de Goes e lá ficou por mais de 300 anos. Publicou-a pela primeira vez o Padre Aires de Casal, em 1817, na sua Corografia Brasílica, utilizando-se de uma cópia do original existente no Arquivo Real da Marinha do Rio de Janeiro.

No dia seguinte, 2 de maio, a Armada de Cabral segue para a Índia, abandonando em terra "dois degredados que aqui ficam, ficam mais dois grumetes, que esta noite se sairam desta nau, no esquife, em terra fugidos, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui,

porque de manhã, prazendo Deus, faremos daqui nossa partida". (Carta de Pero Vaz de Caminha, datada de Porto Seguro da Ilha de Vera Cruz, sexta-feira, 1º de maio de 1500).

Os lusitanos que aqui ficaram logo se adaptaram ao novo meio, identificando-se com o indígena e incorporando-se à terra por ver nela a felicidade da qual se desesperaram na metrópole. Diante de mulheres nuas, de tez bronzeada e atraentes, acreditavam encontrar-se no paraíso terrestre.

Estava descoberto o Brasil por Pedro Álvares Cabral, feito notável da navegação à volta do continente africano. Mas, é oportuno destacar, incluem-se entre outros possíveis achadores do Brasil, três navegadores que, possivelmente, atingiram as costas d'esta parte do continente americano.

Em fins de junho de 1499, Alonso de Hojeda, navegante espanhol, acompanhado de Américo Vespúcio e de João de la Cosa, teria atingido a uma das bocas do rio das Piranhas ou do Apody. Esta versão não tem aceitação, particularmente depois das judiciosas observações do eminente professor Capistrano de Abreu.

Vicente Yañes Pinzon partiu de Palos com 4 caravelas a 18 de novembro de 1499, atingindo, a 25 de janeiro de 1500, a ponta da terra que nomeou Cabo de Santa Maria de la Consolacion. Esse ponto extremo (ou outro próximo) do continente americano foi logo depois chamado de Cabo do Rosto Hermoso. Seguindo a costa pelo norte, navegou para o mar d'água doce do Amazonas, sendo o primeiro a observar o fenômeno da pororoca. Hoje, não existe mais dúvida de que foi o navegador espanhol Vicente Yañes Pinzon o primeiro a descobrir o Brasil.

Em dezembro de 1499, saiu também de Palos, um outro espanhol, Diego de Lepe, com 2 caravelas, atingindo as costas brasileiras cerca de um mês depois de Pinzon. Em fevereiro ou março de 1500 descobriu o Cabo de Santa Maria de la Consolacion (ou de Santo Agostinho) a que deu o nome de Cabo de Rosto Hermoso. Mais tarde entrou em luta com o gentio do Maranhão.

Em que pese a estada deste e, quem sabe, de outros supostos navegadores em nossas plagas, as honras do descobrimento do Brasil devem ser creditadas a Pedro Álvares Cabral, porque as expedições desses navegadores não deram resultados e desapareceram os vestígios da passagem delas por alguns pontos desta parte do continente da América.

Capistrano de Abreu em seu profundo e magistral estudo sobre as diversas pretensões à descoberta do Brasil, após analisar as reivin-

dicações francesas, holandesas e portuguesas, afirma em suas conclusões:

"É, portanto, com os documentos de que dispomos, incontestável que o descobrimento do Brasil foi em 1500.

E foram os Espanhois que o descobriram, porque Cabral viu a terra mais de meado Abril; Pinzon viu-a em fevereiro, e Lepe, quando Cabral ainda nem percebera sinais de terra, já dobrara o Cabo de S. Agostinho para o sul e tornava para o norte.

Esta é a solução cronológica.

A solução sociológica é diferente; nada devemos aos Espanhoes, nada influiram sobre nossa vida primitiva; prendem-se muito menos à nossa história do que os Franceses.

Sociologicamente falando, os descobridores do Brasil foram os Portugueses.

Neles inicia-se a nossa história; por eles se continua por séculos; a eles se deve principalmente os esforços que produziram uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribus nomadas".

Foram os portugueses os que primeiro levaram à Europa a notícia dos acontecimentos, tomando posse da terra em nome do seu rei, deixando nela os primeiros colonos e fazendo-a explorar. É, pois, lusitano o nosso processo civilizador e a nossa origem cultural. A eles, pois, as glórias da descoberta.

Discute-se muito o caráter do descobrimento: ocasional ou intencional? A frota de Pedro Álvares Cabral procurou intencionalmente a costa brasileira para fazer seu descobrimento "oficial", visto ter sido secreto o conhecimento que já haveria de sua existência ou chegou ali em conseqüência de um desvio de rota, provocada pelos ventos ou por algum erro de navegação? Este é, provavelmente, o mais interessante ponto controvertido de nossa história. Até hoje as duas correntes se batem na explicação do fato.

As primeiras narrativas atribuíram ao acaso o encontro de terras brasileiras. De fato, durante mais de 300 anos os cronistas e historiadores portugueses foram acordes em acreditar na ocasionalidade do descobrimento do Brasil.

Na verdade essa questão tornou-se polêmica quando um escritor brasileiro, Joaquim Norberto de Souza e Silva, então sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, desenvolveu, nas sessões de 6 e 20 de dezembro de 1850 daquele Sodalício, percuciente trabalho com sugestivo título: "O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi devido a um mero acaso ou teve

ele alguns indícios para isso?" (In Revista do IHGB, 1º Trimestre de 1852, p. 125/204) suscitando a intencionalidade do achado. Encorajou-o a carta escrita de Porto Seguro a El Rei D. Manuel pelo físico João Emmenelaus membro da frota de Cabral, aludindo a certo mapa-mundi pertencente a um Pero Vaz Bisagudo onde Sua Alteza poderia observar o sítio da terra descoberta.

Antonio Gonçalves Dias, sócio efetivo do IHGB, na sessão de 26 de maio de 1854, contestou Joaquim Norberto de Souza e Silva, lendo suas "Reflexões acerca da memória do ilustre membro o sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva" (In Revista do IHGB, 1º Trimestre de 1855, p. 303/350) na qual reafirmava a tese do acaso, fundamentando-se na carta em que D. Manuel comunicou o descobrimento proclamando "milagroso feito", aos reis de Espanha.

O proveitoso debate continua nas sessões de 15 de setembro, 13 de outubro, 24 de novembro e 7 de dezembro de 1854, quando Joaquim Norberto volta a questionar com suas "Refutações as reflexões do digno membro o sr. Dr. A. Gonçalves Dias" (In Revista do IHGB, 1º Trimestre de 1855, p. 351/421).

A tese de Antonio Gonçalves Dias, defendida pelos primeiros historiadores que trataram do assunto, afirmava que o afastamento da frota cabralina se dera ou para desviar-se das calmarias da costa africana ou por ter sido empurrada por tempestades ou, ainda, arrastadas por correntes marítimas. Essa proposta não resiste aos argumentos seguintes:

1º) não obstante a existência de calmarias na costa da África, é inaceitável que para dela desviar-se determinasse Cabral distanciamento tão longo, equivalente à travessia de todo o atlântico;

2º) os documentos que, na época, narraram minuciosamente a viagem do descobrimento, não fizeram a menor referência aos efeitos de tempestades e de correntes marítimas.

Hoje, a maioria dos estudiosos inclinam-se em favor da intencionalidade do descobrimento invocando, basicamente, dois pontos essenciais:

1º) desde 1351 figurava o Brasil em algumas cartas geográficas, em todas elas representado por diminuta ilha quer situada ao lado da Irlanda ou próximo das Canárias ou mesmo em pleno Oceano;

2º) a reação de Portugal junto a Espanha logo após a descoberta da América por Colombo e de que resultou o Tratado de Tordesilhas.

Para alguns historiadores, entre os quais Jaime Cortesão, o rei D. João II ampliou o limite de Tordesilhas na certeza de que se reservava

para a posse de seu país uma grande parte do atual Brasil, já então secretamente visitado pelos seus navios.

As provas documentais existentes, pobres de informações, não comprovam, com segurança, a intencionalidade do feito de Cabral. Lamentavelmente todos os documentos que poderiam aclarar as dúvidas não mais existem. Não se conhecem as cartas de Cabral e dos demais comandantes. As únicas que nos restam são as de Pero Vaz de Caminha que nada esclarece a respeito e a do astrônomo Mestre João Emmenelaus.

O descobrimento do Brasil não foi obra do acaso embora não se possa dizer, seguramente, que os portugueses tivessem certeza da existência da terra que, pelo Tratado de Tordesilhas, já lhes pertencia.

Hélio Vianna conclui capítulo em que trata da questão declarando que "Cabral não veio ter ao nosso país trazido por um simples desvio de rota. Em sua época já não se navegava sem rumos prefixados. Existiam, no caso, estudos anteriores, embarcações e instrumentos adequados, além de pessoal marítimo experiente, e, portanto, não pode ser admitida a hipótese de erro tão grosseiro".

Se existem razões para o acaso do descobrimento, tese defendida, entre outros, por Frei Vicente do Salvador, Antonio Gonçalves Dias, Robert Southey, Luis de Albuquerque também se conhecem outras, não menos valiosas, sustentadas por Capistrano de Abreu, Joaquim Norberto de Souza e Silva, Max Fleius, Alfredo D'Escragnole Taunay, Jonathas Serrano, Helio Vianna e muitos mais, que nos levam a crer na intencionalidade.

Acaso ou intencionalidade, o descobrimento do Brasil continua provocando incertezas.

O descobrimento do Brasil é um dos episódios do ciclo histórico da expansão comercial e marítima dos países ibéricos a partir do século XV. A verdadeira data do seu descobrimento é, inquestionavelmente, a de 22 de abril de 1500. A Carta de Pero Vas de Caminha ao rei D. Manuel, o mais importante documento sobre a descoberta do Brasil, de imensa importância histórica, confirma os primeiros sinais de terra a 21 e a vista da terra a 22 de abril de 1500.

Comemoramos nesta data 490 anos de existência orgulhosos de nossa origem lusitana. É oportuno invocar artigo de Julio de Mattos Ibiapina, publicado a quase sete décadas (1921), ainda hoje presente. Diz o notável jornalista cearense que o Brasil "País rico, de possibilidades econômicas sem limites, o seu povo vive na mais contristadora das misérias, analfabeto, sem pão, sem lar, condenado a contemplar impotente a pujança da natureza que não aprendeu a dominar" (In O

Brasil de Ontem e o de Hoje. 2ª ed. Edições UFC. Fortaleza, 1981, p. 20).

Com todas as suas belezas naturais e admirável potencial de riquezas está a nação brasileira dependente de uma elite política, com acanhadas e impotentes exceções, ignóbil, sem idéias, retrógrada e desmoralizada, incapaz de perceber a diferença fundamental entre seu patrimônio pessoal e o Erário, avessa aos costumes hodiernos, que subtrai com fraude a vida da nação, não se distinguindo nem pelo saber nem pela moralidade administrativa e onde a corrupção desvairada alcançou limites até então jamais atingidos.

Indispensável ao País, por conseguinte, estruturas econômicas e sociais estáveis e poder político revestido de todas as suas características, atuando no sentido dos interesses legitimamente patrióticos. É chegada a hora de achar nosso modelo político e de construir uma nação da qual seus filhos se orgulhem e possam dizer, como o poeta, em límpida e altaneira voz:

"Se perguntarem, meu filho:
Onde é a Pátria do teu amor?
Cheio de orgulho responde:
Sou BRASILEIRO, senhor!

Não digas, sou sergipano,
Sou paulista, sou mineiro.
Pois serás mais soberano
Dizendo: Sou BRASILEIRO!"

* * *

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRÂNIO PEIXOTO: História do Brasil. 2ª edição. Editora Nacional. S. Paulo, 1944.
- ALFREDO D'ESCRAGNOLE TAUNAY e DICAMÔR MORAES: História do Brasil. 3ª edição. Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1961.
- AMÉRICO JACOBINA LACOMBE: História do Brasil. ed. Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1979.
- ANÍBAL MASCARENHAS: História do Brasil. Livraria Quaresma Editora. Rio, 1927.
- AIRES DE CASAL: Corografia Brasílica ed. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1976.
- CAPISTRANO DE ABREU: Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no Século XVI. Tipografia de G. Leuzinger e Filhos. Rio, 1883.
- FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN: História Geral do Brasil. 3 vols. 10ª edição. Edições Melhoramentos. S. Paulo, 1978.
- HÉLIO VIANNA: História do Brasil. 14ª edição. Edições Melhoramentos. S. Paulo, 1980.
- JOÃO RIBEIRO: História do Brasil. 16ª edição. Livraria S. José. Rio, 1957.
- JOAQUIM MANOEL DE MACEDO: Lições de História do Brasil. Edição revista e atualizada. Livraria Garnier. Rio/Paris, 1914.
- JONATHAS SERRANO: História do Brasil, 2ª edição. F. Briguiet e Cia. Editores. Rio, 1968.
- JOSÉ HERMANO SARAIVA: História Concisa de Portugal. 6ª edição. Publicações Europa-América. Lisboa, 1980.
- JÚLIO DE MATTOS IBIAPINA: O Brasil de Ontem e o de Hoje. 2ª edição. Edições UFC. Fortaleza, 1981.

- MÁRIO DA VEIGA CABRAL: História do Brasil. 19ª edição. Livraria Francisco Alves. Rio, 1959.
- MAX FLEIUSS: Apostilas de História do Brasil. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume Especial. Imprensa Nacional. Rio, 1933.
- OLIVEIRA MARTINS: HISTÓRIA DE PORTUGAL. edição. Guimarães Editores. Lisboa, 1977.
- PÊRO VAZ DE CAMINHA – Carta a El-Rei D. Manuel. Impressa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 1974.
- ROBERT SOUTHEY: História do Brasil. edição. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1981.
- SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (COORDENAÇÃO): História Geral da Civilização Brasileira. 11 vols. Difel Editora. S. Paulo, 1981.
- UNIVERSO – A GRANDE ENCICLOPÉDIA PARA TODOS: 10 vols. 1ª edição. Editora Delta/Editora Três. Rio/S. Paulo, 1973.